

Pela simplicidade no uso das palavras, pela objetividade dos conceitos e pela extrema competência da equipe reunida à sua volta, para comandar a Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o Ministro Antonio Delfim Netto conseguiu situar no ano de 1981 o período mais difícil de sua vida pública. É que no corrente ano a economia do país, no seu todo, ganhou formas e conteúdos, de cuja natureza e qualidade não se possuía um diagnóstico confiável.

Ao ser trazido de volta ao comando maior da política econômica do Governo, o ex-Embaixador do Brasil em Paris, em todas as ocasiões — nos bons e maus momentos de inspiração para falar sobre o futuro — jamais deixou de afirmar e reafirmar a extrema dificuldade do trabalho que o esperava bem como os oceanos de indisposições, incompreensões e de adversários que se derramariam à sua frente.

São conhecidos os índices inflacionários de 1979 e as tendências altíssimas que manteve nos meses iniciais de 1980, onde chegaram, para alarme geral, aos 130%. De um orçamento da União que em menos de três exercícios passara de Cr\$ 252,4 bilhões, em 1977, para nada mais nada menos que 1,188 trilhão, em 1980, era preciso identificar pontos de vazamento e excessos embutidos que projetavam números incompreensíveis na expansão dos meios de pagamento. Os valores da dívida externa, esporeados pela alta nas cotações do petróleo importado, pelos insucessos de algumas safras agrícolas, de um lado. De outro lado as oscilações das cotações nos mercados externos dos produtos primários, auxiliados ainda mais pelas barreiras de algumas praças internacionais importantes — fora a competição — gerando tensões e debilidades que as relações de troca não favoreciam. Por vias paralelas e ampliando os complicadores, persistiam os valores crescentes na importação de petróleo e por fim, uma política de subsídio, de pauta amplíssima e de resultados contestáveis, em termos globais, completavam o perfil de extrema e complexa dificuldade que se opunham ao Professor Delfim Netto.

A estrutura, portanto, do grande desafio estava por ser definida. A ação para enfrentá-lo deveria orientar-se pela diminuição do curso inflacionário, pela eliminação das tensões do balanço de pagamentos, pela compatibilização da política de subsídios e pela racionalidade no consumo da energia.

Já agora, em novembro último, os índices inflacionários caíram abaixo dos três dígitos. A balança comercial deve acusar, até o final do exercício, um saldo de US\$ 1 bilhão, contra um "deficit" de US\$ 2,8 bilhões, em 1980. O consumo do petróleo já apresenta ingressos de uma contribuição brasileira de mais do dobro da efeti-

vada o ano passado, reduzindo-se as nossas importações para valores inferiores a 750 mil barris diários, contra 1 milhão, registrados em 1980. A política de subsídios já eliminou concessões perfeitamente assimiláveis, sem causar os impactos que muitos vaticinavam, mas, seguramente, produzindo resultados satisfatórios para a conjuntura nacional. As contas do trigo, do café, cacau e do petróleo foram devidamente saneadas. Os favorecimentos ao crédito agrícola sofreram um deságio de porte médio, mantido, em 1981, no mesmo nível. Vale dizer, sem ameaças de trauma ao campo. Para a indústria o crédito foi contido e os juros aumentados, situando-se pouco acima das cotações dos juros internacionais para estimular a entrada de divisas.

Internamente descobriu-se nas compartimentações do orçamento a presença voraz e insaciável das empresas estatais, sem controle de qualquer espécie nas suas programações ou limites de gastos nas suas execuções de despesa. Criou a SEST e pôs um freio disciplinador nos gastos das empresas públicas. Pela ordem posta no gerenciamento das despesas federais a Previdência Social ficou desnuda, na plena vergonha de um rombo superior a Cr\$ 100 bilhões na sua tecitura orçamentária.

Externamente há dois exercícios consecutivos a nação realiza, nas mesas financeiras do mundo, gestões de crédito para saldar os compromissos da dívida externa, fechando as contas de resultados, tanto em 1980 quanto em 1981, sem maiores problemas e sem os vexames da cartilha do FMI ou do desdouro da renegociação. Foram duros os tempos de 1981. Houve sacrifícios e muito se exigiu da sociedade brasileira, que teve participação decisiva para que se reencontrasse o centro de gravidade de nossa economia. E Delfim reconhece e proclama essa contribuição e lamenta os sacrifícios temporários.

O fato é que 1981 criou espaços para permitir uma reativação do crescimento econômico em 1982, com estimativas que se situam entre 5 e 7%.

O país manterá as mesmas linhas nas diretrizes da economia. A agricultura, com safras promissoras, cobrindo praticamente toda a gama de necessidades alimentares do povo. A dependência externa das provisões energéticas sob controle eficiente e com uma política interna de intensificação da busca de novas fontes alternativas, com melhores usos para o carvão e com uma progressão satisfatória no Proálcool.

1981, indiscutivelmente foi o ano da reversão, que vai marcar a presente década e com segurança levará a posições mais confortáveis na história a atuação do Prof. Antonio Delfim Netto. Como economista, homem público e incansável administrador.